

MOÇÃO

Pela Igualdade nas Classificações Finais nas Instituições de Ensino Superior

O regime de avaliação nas instituições de ensino superior em Portugal assenta no cálculo da média final mediante a ponderação aritmética conforme ao regime de ECTS, tal como previsto no regime de Bolonha.

No Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março, republicado no dia 7 de agosto de 2013, dispõe o n.º 2 do artigo 12º, epígrafe “Classificação final do grau de licenciado”, que se considera a classificação final como “a média aritmética ponderada das classificações obtidas nas unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso de licenciatura.”. No seu artigo 14º, alínea h) lê-se que “O órgão legal e estatutariamente competente de cada estabelecimento de ensino superior aprova as normas relativas às seguintes matérias: (...) h) Coeficientes de ponderação e procedimentos para o cálculo da classificação final; (...)”. O que se verifica em algumas das faculdades do país é um regime de ponderação das classificações finais baseado na majoração, divergindo do rigor numérico, e implicando a intervenção de fatores atinentes à forma como o estudante atingiu os resultados, homogeneidade do percurso, entre outros. A fórmula de cálculo da média de Licenciatura resulta de imposição legal, portanto pré-determinada, nos termos do artigo supracitado, com as suas sucessivas alterações.

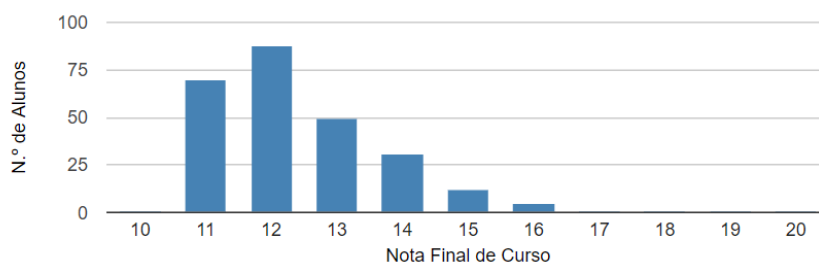
A média aritmética ponderada consiste no cálculo da média mediante a multiplicação de cada valor do conjunto pelo seu coeficiente de ponderação ou “peso”, isto é, a sua importância relativa; fixar os coeficientes de ponderação traduzir-se-á em determinar o peso relativo de cada uma das classificações obtidas nas unidades curriculares que integrem o plano de estudos (entendimento solicitado à Universidade do Porto).

À considerada ilegalidade, tal prática surge como perniciosamente injusta e causadora de desigualdade material, designadamente no acesso a segundos ciclos de estudos e no que concerne a concursos e candidaturas de ingresso na carreira profissional. As instituições de ensino superior devem almejar, acima dos seus interesses, os mesmos critérios de exigência e competência dos estudantes que optam por frequentar tais faculdades. A pluralidade de métodos de cálculos da classificação média final dos estudantes constitui perigosa ameaça ao procurado equilíbrio e compromete um eventual e útil exercício comparativo entre os licenciados das múltiplas instituições.

Atendendo à ilegalidade e disparidade de resultados que tal majoração parece originar, propomos uma análise dos seus efeitos nefastos, mediante representações gráficas que comprovam uma realidade de desigualdade manifesta entre estudantes detentores de um mesmo nível de aproveitamento no ensino superior.

Dados retirados da Plataforma Infocursos (infocursos.mec.pt), referentes às licenciaturas dos anos letivos 2013/2014 e 2014/2015.

Distribuição das classificações finais dos diplomados neste curso ⓘ



CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento tem por objeto a definição do regime de avaliação de conhecimentos do ciclo de estudos conducente à obtenção do grau de licenciado em Direito conferido pela Universidade do Porto, através da Faculdade de Direito.

Artigo 2.º

Obtenção do grau de licenciado

1 — Obtém o grau de licenciado em Direito o estudante que seja aprovado a todas as unidades curriculares integrantes do plano de estudos.

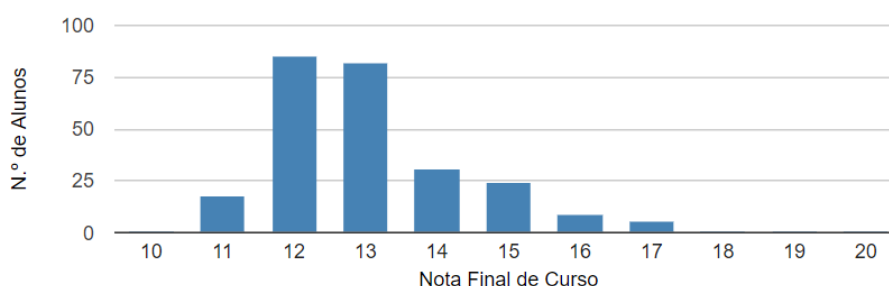
Diário da República, 2.ª série — N.º 89 — 9 de maio de 2017

2 — Após aprovação em todas as unidades curriculares, é atribuída uma classificação final relativa ao ciclo de estudos, resultante da média ponderada pelos créditos ECTS das classificações obtidas em cada unidade curricular.

3 — A classificação final do ciclo de estudos é expressa no intervalo 10 a 20 da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações, tendo em conta o percentil relativo aos últimos três anos.

Figura1. Faculdade de Direito da Universidade do Porto, médias de saída e extrato do Regulamento de Avaliação de Conhecimentos da Licenciatura em Direito.

Distribuição das classificações finais dos diplomados neste curso ⓘ



Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 1º (MÉTODO DE AVALIAÇÃO)

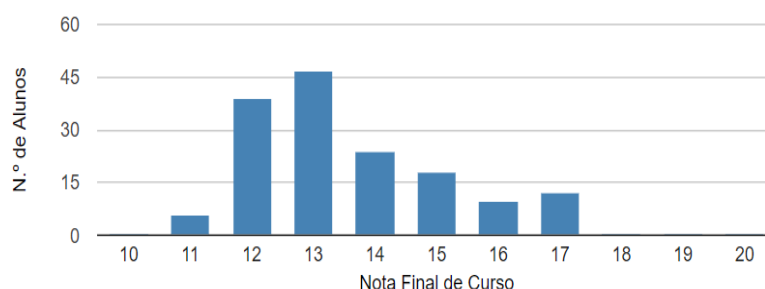
1. A avaliação de conhecimentos tem carácter individual e é feita separadamente para cada uma das disciplinas do plano de estudos.
2. A avaliação abrange a apreciação do aproveitamento dos estudantes ao longo de cada semestre, por aplicação do regime de avaliação contínua, e no termo do semestre, em função do resultado obtido em exame escrito.
3. O regime de avaliação nos seminários será previamente definido pelo respectivo docente e comunicado aos estudantes no momento da inscrição.

ART. 2º (CLASSIFICAÇÕES)

1. O resultado da avaliação de conhecimentos é expresso numa classificação numérica de zero a vinte valores.
2. As classificações numéricas têm a seguinte equivalência:
 - a) 0 a 6 – Mau;
 - b) 7 a 9 – Medíocre;
 - c) 10 a 13 – Suficiente;
 - d) 14 e 15 – Bom;
 - e) 16 e 17 – Bom com distinção;
 - f) 18 e 19 – Muito bom;
 - g) 20 – Muito bom com louvor.

Figura2. Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, médias de saída e extrato do Regulamento de Avaliação.

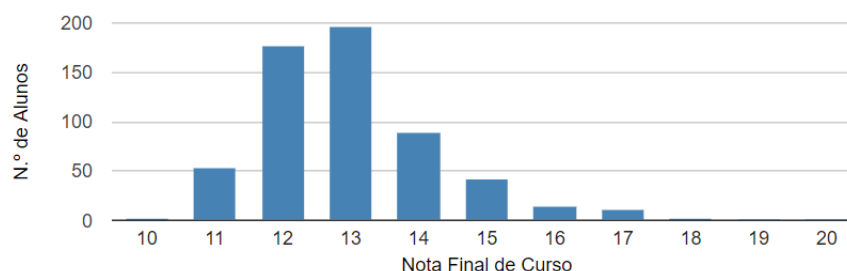
Distribuição das classificações finais dos diplomados neste curso



<p align="center">CAPÍTULO VIII CLASSIFICAÇÕES FINAIS</p>	
<p align="center">Artigo 36.º Cálculo da média de licenciatura</p>	
1 — A classificação da licenciatura é expressa em valores, de 10 a 20.	
2 — Para efeitos de cálculo da média referida no número anterior não são aplicáveis quaisquer factores de ponderação, com excepção do disposto no número seguinte.	
3 — São ponderadas com factor 3 as cinco disciplinas obrigatórias em que o estudante tenha obtido classificação mais elevada ou, em alternativa, as cinco disciplinas obrigatórias indicadas pelo estudante.	
4 — Não é considerada no cálculo da média a frequência das Clínicas Legais, Estágios de Verão ou <i>Summer Schools</i> , a menos que seja atribuída uma classificação expressa na escala numérica de 10 a 20 ou que deva ser convertida nessa escala, de acordo com as regras aplicáveis ao reconhecimento de disciplinas realizadas no estrangeiro.	
5 — Quando o estudante tenha realizado mais de 240 créditos, não são contabilizados para efeitos da média da licenciatura os créditos excedentários correspondentes às unidades curriculares não obrigatórias em que tenha obtido classificações inferiores.	
6 — As disciplinas instrumentais não são consideradas no cálculo da média.	
7 — Quando a média determinada nos termos dos números anteriores exceder o número exacto de unidades será arredondada para a unidade imediatamente superior ou inferior, consoante atinja ou não cinco décimas.	
<p align="center">Artigo 37.º Bonificação</p>	
Os estudantes que, num ano lectivo, obtenham pelo menos 60 créditos beneficiam de um acréscimo de 0,5 na classificação obtida em cada uma das unidades curriculares correspondentes.	

Figura3. Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa, médias de saída e extrato do regulamento de avaliação.

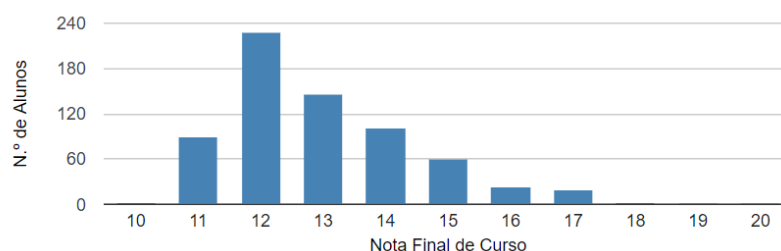
Distribuição das classificações finais dos diplomados neste curso



<p align="center">Artigo 44.º</p>	
<p align="center">Classificação final de Licenciatura</p>	
1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a classificação final corresponde à média aritmética das classificações obtidas em todas as unidades curriculares, de acordo com o seu peso relativo em ECTS.	
2 — A classificação final apresenta-se em números inteiros, sendo as décimas arredondadas à unidade imediatamente superior ou inferior, conforme o excesso seja igual/superior ou inferior a cinco décimas, respectivamente.	
3 — À classificação final acresce um valor, se se verificar uma das seguintes condições:	
a) A classificação obtida em oito ou mais unidades curriculares é superior em 1 ou mais valores à classificação apurada no n.º 2; ou	
b) A classificação obtida em 6 ou mais unidades curriculares é superior em 2 ou mais valores à classificação apurada no n.º 2.	
4 — Para efeitos do número anterior, as unidades curriculares com 3 ECTS valem metade das unidades curriculares com 6 ECTS.	

Figura4. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, médias de saída e extrato do regulamento de avaliação.

Distribuição das classificações finais dos diplomados neste curso ⓘ

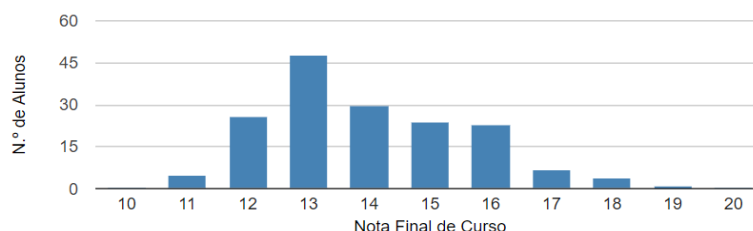


**Artigo 40.º
(Classificação final)**

1. A classificação do curso de licenciatura é obtida pela média aritmética das quatro classificações anuais do aluno, arredondada para a unidade imediatamente superior ou inferior, consoante atinja ou não cinco décimas, nos termos dos números seguintes.
2. Nos casos em que se mostre mais favorável ao aluno, são apuradas a média aritmética das quatro classificações anuais e a média das classificações dos 3.º e 4.º anos, consistindo a classificação final na média das duas referidas médias, não havendo lugar a arredondamentos intercalares.
3. À classificação final do aluno que realizar o curso de licenciatura sem deixar, em cada ano, qualquer unidade curricular em atraso, é acrescido 0,6 valores, antes de qualquer arredondamento.
4. Após o acréscimo de 0,6 valores previsto no número anterior, a classificação final do curso de licenciatura é arredondada para a unidade imediatamente superior ou inferior, consoante atinja ou não cinco décimas.
5. As unidades curriculares extracurriculares não são contabilizadas para o efeito da média anual ou da média do curso, mas constam do certificado de habilitações e do suplemento de diploma, no modelo em vigor.
6. Por aplicação dos acréscimos referidos nos números anteriores, a classificação final sem acréscimos arredondada às unidades não pode, em qualquer caso, aumentar mais de um valor.

Figura5. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, médias de saída e extrato do regulamento de avaliação.

Distribuição das classificações finais dos diplomados neste curso ⓘ



CAPÍTULO VIII

Classificação final da licenciatura

Artigo 32.º

Classificação final

A classificação final da licenciatura é expressa na escala de 10 a 20, bem como na escala europeia de comparabilidade de classificações.

Artigo 33.º

Coefficientes de ponderação e cálculo da classificação final

- 1 — A classificação final da licenciatura calcula-se com base na média aritmética ponderada, arredondada até às centésimas, das 29 mais elevadas classificações atribuídas nas disciplinas em que o estudante obteve aprovação na FDUNL.
- 2 — No conjunto de disciplinas seleccionadas nos termos do número anterior, são necessariamente incluídas todas as disciplinas obrigatórias de coeficiente mais elevado.
- 3 — No caso de mais de 25 % do total dos créditos necessários para a obtenção do grau de licenciado ter sido obtido noutras instituições, as classificações atribuídas em disciplinas não leccionadas na FDUNL contarão para a classificação final na medida necessária para perfazer 29 disciplinas, preferindo também as de classificação mais elevada.
- 4 — A selecção das disciplinas referidas no n.º 1 que não estejam incluídas no n.º 2 recai, em caso de empate entre disciplinas com a mesma classificação, naquelas que têm um coeficiente de ponderação mais baixo.
- 5 — O coeficiente de ponderação é igual ao número de unidades de crédito no sistema ECTS fixado para cada disciplina.
- 6 — As disciplinas organizadas por módulos têm o coeficiente 2.
- 7 — O valor calculado nos termos do n.º 1 é bonificado em 0,5, sempre que os requisitos mínimos para a licenciatura tenham sido obtidos num número de semestres não superior a 8.
- 8 — A média final do curso é igual à unidade mais próxima do valor calculado nos termos do n.º 1 ou do n.º 6.
- 9 — O arredondamento de valores equidistantes faz-se por excesso.

Figura6. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, médias de saída e extrato do regulamento de avaliação.



A par das desigualdades de oportunidades e de médias finais de licenciatura entre estudantes dos mesmos cursos, que frequentam IES distintas, verificamos dentro da mesma Universidade, faculdades que aplicam métodos de cálculo da média final dispares e que provocam uma nefasta diferença.

Apresentados os exemplos que refletem a realidade dos regimes com majoração e os regimes sem majoração nas IES, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes reunidas em sede Encontro Nacional de Direções Associativas, na Covilhã, nos dias 3 e 4 de março de 2018, vêm por este meio exigir à tutela:

- Análise a todos os Regulamentos de Avaliação de Conhecimentos de Licenciatura;
- E consequente eliminação do regime de majorações / bonificações sendo provada a sua ilegalidade.

Proponente: AEFDUP, AEFDUCP

Destinatários: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Direção Geral do Ensino Superior